

DESCORTINANDO A REALIDADE ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA SENSORIAL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG

Marisa Pinheiro Mourão¹
Amanda Fernandes Santos²
Lázara Cristina da Silva³

Este texto foi organizado para apresentar os dados de uma pesquisa que teve início em 2006 na cidade de Uberlândia-MG, realizada por professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE). A pesquisa surgiu a partir da necessidade de se conhecer a realidade escolar das crianças surdas, cegas e com baixa visão, matriculadas na rede pública de Uberlândia-MG. A realização do estudo foi impulsionada pelo fato de o CEPAE/UFU, precisar ter conhecimento de quem são estes alunos surdos, cegos e com baixa visão, qual seu nível de escolaridade, quais os seus índices de aproveitamento escolar e quais as dificuldades encontradas por estes alunos e seus professores no cotidiano escolar, para poder pensar em ações e políticas de formação continuada de profissionais que possam contribuir com a realidade da comunidade uberlandense, melhorando assim o seu investimento na área. A pesquisa foi financiada pelo Governo Federal, através do Programa INCLUIR, e pela Universidade Federal de Uberlândia. Optou-se por uma abordagem quali-quantitativa. Como instrumento para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semi-estruturada e questionários com questões abertas e fechadas para professores, alunos e seus familiares. O estudo envolveu 117 alunos com deficiência distribuídos em diferentes níveis da Educação Básica e 48 professores envolvidos diretamente no trabalho com esses alunos. De maneira geral o estudo conseguiu mapear a realidade educacional destes alunos, revelando as dificuldades que enfrentam no processo escolar, e ainda, as necessidades que as instituições escolares que os atendem possuem, o que contribuirá significativamente com as ações futuras da UFU envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

Palavras-Chave: Programa INCLUIR, Inclusão escolar, deficiência sensorial

¹ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia / marisamourao@faced.ufu.br

² Doutoranda em Estudos da Criança - Educação Especial - Universidade do Minho – Braga – Portugal / amandafernande@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia / lazara@ufu.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, lei 9394/96, apresenta-se como um marco referencial em que configura o ápice das discussões sobre a concepção de educação inclusiva, concomitantemente representa o ponto de partida para o debate e construção de políticas educacionais que dêem sustentação a criação de um sistema educacional inclusivo. A presente lei constitui-se como um avanço significativo para a área, uma vez que é a primeira vez na história brasileira que uma lei desta natureza dedica particular atenção a questão da educação especial. A atual LDB possui um artigo dedicado à área, além citar a educação especial em diferentes artigos e incisos segundo o tema abordado.

A referida lei apresenta avanços em pelo menos quatro aspectos: primeiro, deixa de entender a educação especial como educação para deficientes, no sentido de pessoa que possui um defeito, um déficit que precisa ser corrigido, para sua futura inserção social e educacional; segundo, preconiza que a educação especial deve acontecer preferencialmente no ensino regular, instituindo o caráter inclusivo nos sistemas de ensino do país; consolida a compreensão da educação especial sob a perspectiva educacional e pedagógica rompendo com as visões medicalizadas; e ainda, preocupa-se com a formação de professores para atuar nas escolas inclusivas.

Ao instituir o direito dos educandos com deficiência de se matricular e ser atendidos efetivamente nas redes regulares de ensino, transfere legalmente o oferecimento educacional das escolas especiais para as escolas regulares de ensino.⁴

No artigo 59, inciso III determina: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.”

Desta forma, apresenta-se a necessidade de uma formação de professores capazes de atuar nas classes comuns como prerrogativa a ser construída nos programas de formação inicial destes profissionais.

Como desdobramentos das recomendações da lei 9394/96 surge o parecer n ° 17/2001 aprovado em 03 de julho de 2001, que defende a ampliação do compromisso político para a viabilização da educação inclusiva, fomentando atitudes positivas frente a inclusão da comunidade escolar em geral, criar ações visando superar as diversas formas de preconceito e medo existentes, estimular atividades voluntárias que apóiem a inclusão e ainda, promover a

⁴ A presente lei não extingue as escolas especiais, mas lhes atribui funções específicas, em casos que não forem possíveis de atendimento nas escolas regulares.

divulgações do tema e de experiências positivas de educação inclusiva. (Parecer 17/2001. P.15)

O parecer também dispõe favorável a inclusão em detrimento da integração quando apresenta a inclusão enquanto avanço em relação à integração:

Inclusão: representando um avanço em relação ao movimento de integração escolar, que pressupunha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educativo desenvolvido nas escolas comuns, a inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada (Parecer 17/2001. p.17).

Esta perspectiva gera um entendimento de educação especial que ultrapassa os paradigmas técnicos racionalistas limitados ao atendimento, no sentido de propor uma educação especial preocupada com uma ampla inserção social, historicamente diferenciada dos paradigmas já exercitados. Neste sentido a educação especial passa ser entendida enquanto modalidade de ensino que perpassa todo o sistema educacional brasileiro, da educação infantil ao ensino superior.

Entretanto, pensando a educação para além das políticas públicas que abarcam o discurso a ser incorporado pelas práticas sociais e educacionais em seu cotidiano, é possível perceber que estas expressam a presença histórica do controle mantido por meio das relações de poder entre as pessoas que não possuem a condição de deficiência em detrimento daqueles que a possuem. No tocante a composição das identidades das pessoas com deficiências sensoriais (cegos e surdos) exprimem a contradição presente entre o exercício do controle e a manutenção de uma situação de poder em que os ouvintes e videntes exercem sobre as pessoas surdas e cegas e a luta de classe destes para se libertarem. Tal situação pode ser facilmente identificada no controle de todas as discussões e orientação para o campo educacional para estes que ocorrem focadas apenas na posição dos teóricos e técnicos da área. Raramente eles que são os principais interessados são consultados.

As diferenças são constituídas pela cultura dominante, pelo discurso da modernidade, que centraliza o sujeito no padrão ocidental, ou seja, branco, ouvinte, vidente, classifica e coloca surdos e ouvintes, cegos e videntes em pólos opostos, fortalecendo uma construção binária, que de acordo com Lunardi (1998), faria uma hierarquia entre dominantes e excluídos, sendo que esses exercem poder, subordinação, colonização sobre aqueles.

2- Mapeando os caminhos percorridos

Este estudo teve como objetivos gerais mapear as condições reais de escolaridade na educação básica dos educandos surdos, cegos e com baixa visão de Uberlândia-MG. Como objetivos específicos pretenderam-se: identificar os educandos surdos, cegos e com baixa visão matriculados na educação básica no ensino público de Uberlândia-MG; cadastrar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos educandos cadastrados; identificar e analisar as principais dificuldades encontradas por estes alunos no seu processo de escolarização; identificar e analisar as principais dificuldades encontradas pelos professores que trabalhavam com estes alunos; mapear o desempenho escolar dos alunos surdos, cegos e com baixa visão cadastrados, visando identificar em qual série encontra-se os principais entraves para o seu desenvolvimento escolar; organizar e divulgar os dados buscando parcerias com a rede pública de ensino na formação continuada dos profissionais que atuam na área.

Para sua realização foi organizado um grupo de trabalho envolvendo cinco alunas bolsistas do Programa Incluir. Foram selecionadas alunas do Curso de Pedagogia da UFU cursando diferentes séries.

Sua duração foi de oito meses, sendo que maior parte deste tempo foi destinada à coleta de dados e sua organização. Optou-se por uma abordagem quali-quantitativa, em que além dos fatores qualitativos, os quantitativos também receberam destaque. Como instrumento para a coleta de dados estava previsto a entrevista semi-estruturada, mas devido à dificuldades ocorridas para o contato com os participantes do estudo, realizou-se um questionário com questões abertas e fechadas para professores, alunos e seus familiares.

Inicialmente realizaram-se contatos com todas as escolas públicas de Uberlândia através de correspondência e, posteriormente, por telefone com o objetivo de identificar em quais escolas havia alunos surdos, cegos e com baixa visão. A correspondência visava apresentar a pesquisa, seus objetivos e buscar estabelecer o primeiro contato com as instituições escolares. Após o recebimento da correspondência muitas escolas procuraram o CEPAE para informar que possuíam alunos com as referidas deficiências e solicitando que fosse agendado horário para a visita das alunas bolsistas para a coleta de dados.

As escolas que não tiveram a iniciativa de procurar o CEPAE foram procuradas pelas alunas bolsistas por telefone, e consultadas sobre a presença de alunos surdos, cegos e com baixa visão. Apenas as escolas que acusaram a presença destes alunos foram visitadas.

Logo no início do estudo foi notada a dificuldade de se realizar entrevista com os alunos e com os professores individualmente, por diferentes motivos, então, resolveu-se transformar as questões das entrevistas em um questionário com questões abertas e fechadas que deveria ser respondido pelo grupo de alunos de cada escola concomitantemente, e pelos

professores dos mesmos alunos. Assim, com muita dificuldade foi possível recolher todos os questionários destinados aos alunos. Quanto aos professores cerca de 80% destes puderam ser recolhidos. Durante a coleta de dados em alguns casos, a escola solicitou a autorização da família para que se procedesse à coleta de dados o que demandou um tempo maior e empenho do grupo para que pudesse conseguir realizar o contato com a família e, posteriormente, agendar a atividade na escola.

O estudo envolveu 117 alunos com deficiência, sendo 104 surdos, 11 com baixa visão e 02 cegos distribuídos em diferentes níveis da Educação Básica. A idade dos alunos variou entre 06 e 45 anos. Participaram do estudo 48 professores que trabalham diretamente com os alunos com deficiência que compõe o objeto da pesquisa. No total foram 165 participantes.

O estudo evidenciou a presença de um número considerável de alunos surdos em detrimento das demais deficiências sensoriais. Identificou-se ainda, a existência de um quantitativo, significativo deste grupo de alunos frequentando a Educação de Jovens e Adultos, oferecida na Associação de Surdos da cidade, sendo um total de 21 alunos.⁵

De maneira geral o estudo conseguiu mapear a realidade educacional destes alunos, revelando as dificuldades que enfrentam no processo escolar, e ainda, as necessidades que as instituições escolares que os atendem possuem, o que contribuirá significativamente com as ações futuras da UFU envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

3 - A realidade educacional dos aprendizes surdos, cegos e com baixa visão em Uberlândia-MG.

Inicialmente foram cadastrados todos os alunos da rede pública de ensino que possuem surdez, cegueira e baixa visão, de forma que atualmente o CEPAE pode entrar em contato com os mesmos, suas famílias e escolas quando necessário, podendo assim, planejar ações de formação continuada para professores que estão envolvidos com esta modalidade de alunos, podendo organizar cursos palestras e/ou estudos envolvendo familiares destes alunos, bem como envolver os próprios alunos em atividades de extensão organizadas para este fim.

Assim, atualmente a rede pública de ensino possui 43 alunos na primeira fase do ensino Fundamental, ou seja, de 1ª. à 4ª. Séries. 32 alunos na segunda fase do Ensino Fundamental, ou seja, de 5ª a 8ª. Séries. 21 alunos no Ensino Médio e 21 alunos na Educação de Jovens e adultos. Desta forma, o Ensino Fundamental possui a maior concentração de

⁵ A Associação de Surdos de Uberlândia oferece o espaço físico e a Prefeitura Municipal se responsabiliza pelo professor e apoio pedagógico através do Programa Municipal de Erradicação do Analfabetismo – PME.A.

alunos, sendo um total de 75 alunos para 21 alunos do Ensino Médio. Conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro Demonstrativo da Quantidade de Alunos Matriculados na Rede Pública por Deficiência e Série

Modalidade de Ensino	Séries	Modalidade de Deficiência			Total
		Alunos Surdos	Alunos Cegos	Alunos com Baixa Visão	
Primeira fase do Ensino Fundamental	1ª. Série	03	02	02	07
	2ª. Série	05	00	02	07
	3ª. Série	16	00	03	19
	4ª. Série	08	00	02	10
	Total	32	02	09	43
Segunda fase do Ensino Fundamental	5ª. Série	07	00	00	07
	6ª. Série	04	00	00	04
	7ª. Série	12	00	00	12
	8ª. Série	09	00	00	09
	Total	32	00	00	32
Total Geral do Ensino Fundamental		64	02	09	75
Ensino Médio	1º. Ano E. Médio	08	00	00	08
	2º. Ano E. Médio	08	00	00	08
	3º. Ano E. Médio	03	00	02	05
	Total Geral Ensino Médio	19	00	02	21
EJA	EJA	21	00	00	21
Total Geral por deficiência		104	02	11	117

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Com relação à equivalência da idade para a série que se frequenta observou-se que existe uma falta de adequação, uma vez que conforme foi observado que a maior parte dos alunos surdos, cegos e com baixa visão está fora da correspondência série x idade. Embora o grupo de alunos cegos e com baixa visão seja pequeno, demonstra a ausência de bons resultados quanto à aprendizagem dos conteúdos curriculares, pois estão fora da faixa etária recomendada para a série que frequentam. Isto pode evidenciar uma falta de preparo das instituições escolares e, de seus profissionais, para o trabalho pedagógico com estes alunos, uma vez que esta deficiência não prejudica as condições de aprendizagem se o ensino for realizado de forma planejada e adaptado às especificidades de cada aluno.

O fato de a maior parte dos alunos deste grupo ser composto por pessoas com baixa visão é, também, um forte indicativo, pois o trabalho com estes alunos requer conhecimento das particularidades inerentes a cada caso e sua modalidade de visão, necessitando que o

professor conheça o aluno, suas condições de visão para adaptar o trabalho cotidiano de sala de aula para atender as peculiaridades de cada aluno. Assim, a ajuda de um profissional qualificado sempre bem-vinda para auxiliar no planejamento e na condução do trabalho, o que, na maioria das vezes, é inexistente nas escolas.

Entretanto, esta interpretação precisa ser criteriosa, pois ao se indagar ao grupo de alunos citados, estes disseram não terem passado por experiências de reprovação escolar. O que pode então, justificar a falta de correspondência entre a série e a idade que possuem?

Uma prerrogativa pode ser o início tardio nos estudos, pois as famílias ficam retardando a sua inserção na escola visando resguardá-los um pouco mais. Desta forma, esta questão merece um retorno junto ao grupo investigado, para seu esclarecimento.

Identificou-se que a maioria dos alunos encontra-se com idade entre 11 e 22 anos, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro demonstrativo da quantidade de alunos por deficiência e por idade, matriculados na rede pública de Uberlândia-MG.

Idade	Quantidade de alunos			Total
	Alunos Surdos	Alunos Cegos	Alunos com Baixa Visão	
06 a 08 anos	00	01	02	03
08 a 10 anos	15	00	02	17
11 a 13 anos	16	01	04	21
14 a 16 anos	22	00	01	23
17 a 19 anos	17	00	02	19
20 a 22 anos	10	00	00	10
23 a 25 anos	06	00	00	06
26 a 29 anos	03	00	00	03
30 a 35 anos	04	00	00	04
37 a 39 anos	05	00	00	05
Acima de 45	06	00	00	06
TOTAL GERAL	104	02	11	117

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Com relação aos educandos surdos a correspondência idade x série também não equivale com a recomendada. Os alunos que se encontram na primeira série estão na faixa de 08 a 09 anos o que já evidencia uma margem de 02 a 03 repetências, pois a idade que a maioria das crianças ouvintes cursa a primeira série encontra-se entre 06 e 07 anos. Ao analisar este fator pode-se observar que para as crianças que estão na terceira série a defasagem parece ser ainda maior, variando entre 02 a 04 anos.

Estes dados também, parecem indicar que quanto mais velhos, maiores foram as experiências escolares mal sucedidas, uma vez que muitos alunos com mais de 17 anos ainda encontram-se no Ensino Fundamental.

São muitas as dificuldades para a escola atender aos alunos com surdez, a principal delas é a comunicação. Os professores são ouvintes e, em sua grande maioria, não sabe a Língua de Sinais, primeira língua dos alunos surdos, assim, as aulas são planejadas para atender aos alunos ouvintes, não sendo, portanto, adequadas à aprendizagem dos alunos surdos que são a minoria e, por conseguinte, ficam prejudicados em suas condições de aprendizagem.

Durante as entrevistas com os alunos surdos, constatou-se grandes lacunas no processo educacional, devido, principalmente, a falta de formação pedagógica mínima para atender a um aluno surdo. Nem todas as salas que tinham alunos surdos possuíam intérpretes de língua de sinais e, na maioria das vezes, esses profissionais não transmitiam uma informação com a mesma qualidade aos alunos surdos se comparado aos alunos ouvintes, ao passo que, os alunos surdos, muitas vezes, durante as explicações quando as alunas bolsistas chegavam à sala, não entendiam as informações que o intérprete traduzia⁶.

Todos os alunos surdos do Ensino Médio entrevistados não conseguiam responder a perguntas simples na Língua Portuguesa do questionário aplicado. Ex: “Qual é o seu nome?” e antes mesmo de terminar de ler uma pergunta, já chamavam o intérprete ou as alunas bolsistas para os ajudar. De fato, na LIBRAS a estrutura/organização da frase é bem diferente da Língua Portuguesa, entretanto, por mais que o processo de ensino e de aprendizagem utilizado nas escolas de Uberlândia tenha por base a Língua Portuguesa apoiando-se em materiais como livros, textos, atividades, provas, entre outros, este não têm sido eficaz, uma vez que os alunos apresentam dificuldades em lidar com práticas de leitura e escrita de caráter instrumental. Como seria o relacionamento destes alunos com práticas que envolvem leitura, compreensão de textos e mesmo outras atividades de natureza mais complexa? A justificativa apresentada pelos profissionais diante de tal dificuldade foi o fato de a LIBRAS ser muito diferente da língua portuguesa e os surdos ficarem presos à primeira renegando-se a aprender a segunda.

No entanto, na prática cotidiana a maioria dos professores ignora a LIBRAS como língua natural de seus alunos surdos, não a utilizam para ensiná-los e os avaliam desconsiderando as suas peculiaridades lingüísticas. Esta atitude faz com que os surdos

⁶ Isto foi percebido pelo fato de algumas alunas bolsistas conhecerem a Língua Brasileira de Sinais.

enfrentem muitas dificuldades ao longo do processo escolar, pois as suas necessidades básicas são desconsideradas.

Outro indicativo do estudo é que a grande maioria dos alunos surdos entrevistados de nível médio, sequer pensa na possibilidade de ingresso no ensino superior, alegando não ter capacidade e/ou vontade de fazer um curso de graduação.

Há inúmeras barreiras ao ensino para os alunos surdos. Entretanto, estas estão sendo aos poucos minimizadas mediante as conquistas que este grupo de aprendizes tem realizado. Primeiro o direito legal de serem ensinados em sua língua natural, posteriormente, o direito à adaptação do processo avaliativo as particularidades da pessoa surda, demandando correção diferenciada na produção escrita e, acompanhamento de intérprete de Língua de Sinais durante as atividades curriculares em geral, e avaliativas.

Quadro demonstrativo da correspondência série x idade de alunos surdos da rede pública de Uberlândia-MG

Idade	Séries												
	1ª. Fase Ensino Fundamental				2ª. Fase Ensino Fundamental				Ensino Médio			EJA	Total por idade
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1º	2º	3º		
06													00
07													00
08	02												02
09	01	01	04										06
10		04	02	01									07
11			03		01								04
12			02	02	02		01					02	09
13			01			02							03
14				02	02		01	01					06
15			01	01	01		05	01	01			01	11
16			01	02		01	01						06
17					01	01	01		03	01			07
18							01		02	01	01		05
19											02		02
20							01			03	01		05
21			01				01			01		01	04
22									01				01
23			01								01	02	04
24											01		01
25												01	01
26									01				01
27-30											02	02	04
30-33												01	01
34-37												03	03
38-40									01			03	04
Acima												05	05

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

de 40													
Total⁷ por Série	03	05	16	08	07	04	12	02	09	06	08	21	102

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Os dados também evidenciaram um retorno muito grande de pessoas surdas ao processo educacional, uma vez que só na modalidade de Educação de Jovens e Adultos existem 21 alunos. Este fato pode ser em decorrência da busca pela inserção no mercado de trabalho, que abre suas portas para a contratação de pessoal, porém exige escolarização e qualificação profissional. Além disso, mesmo os cursos de preparação profissional existentes na cidade cobram certo nível de escolaridade para o ingresso nos mesmos. Atualmente no mercado de trabalho tem sobrado demanda para trabalhadores com deficiência.

Outro dado levantado é que houve considerável avanço da Língua de Sinais como meio de comunicação oficial dos educandos surdos. Os mais jovens em sua maioria absoluta são usuários da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro demonstrativo da forma de comunicação de alunos surdos da rede pública de Uberlândia- MG

MODALIDADE	SERIE													TOTAL GERAL
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1º	2º	3º	EJA		
LIBRAS			16	08	01	05	07	01	01	02	02	07	50	
Oral	01	03	03		04		01		02	01			15	
LIBRAS e Oral		01			01		03	01	07	02	06	03	24	
Mímica		01		01								10	12	
LIBRAS e Mímica	01	01			01							01	04	
TOTAL													104	

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Quanto ao aproveitamento escolar os dados evidenciaram que o maior índice de reprovação encontra-se na fase da Alfabetização, ou seja, na primeira fase do Ensino Fundamental na qual os alunos se encontram em processo de aquisição da leitura e da escrita e de construção de conhecimentos lógico-matemáticos básicos para sua vida pessoal e escolar.

Esta fase também é relativa ao processo de adaptação destas crianças ao meio escolar, de aquisição de conhecimentos como o Braille para os cegos que além de aprenderem a ler e a escrever ainda precisam aprender e dominar o registro escrito em Braille, aprender outras

⁷ 02 alunos não informaram a idade, assim não foi possível fazer a sua correspondência série x idade.

noções como textura, volume, massa, mobilidade, etc., percepções que normalmente não adquirem na família.

Os alunos com baixa visão precisam adquirir domínio dos recursos pedagógicos que lhes facilitarão o acesso à leitura e à escrita, identificarem a melhor forma de envolver-se nas atividades propostas pelo professor, adaptar-se ao espaço físico e às demandas escolares que normalmente exigem um grande gasto de energia para, paralelamente, aprenderem todos os conceitos que as demais crianças estão aprendendo. É um momento muito importante para os alunos e professores se adaptarem e aprenderem a trabalharem juntos.

Para os alunos surdos os obstáculos também não são poucos nesta fase. Precisam aprender um código escrito com estrutura totalmente diferenciada do código sinalizado que utilizam. Enfrentam a barreira da comunicação e do ensino que não são apropriados para sua aprendizagem. São alunos cujas experiências com o mundo ocorrem via percepção visual e a escola foca, normalmente nos momentos educativos, a percepção auditiva e oral. Aliado a isto, existe a crença baseada no senso comum de que os alunos surdos quando oralizados conseguem aprender como os ouvintes utilizando-se da leitura labial como recurso de decodificação e compreensão das explicações orais do professor.

Entretanto, este é um equívoco uma vez que a leitura labial não consegue responder a estas expectativas, uma vez que a pessoa consegue aproveitar e entender bem de 20% a 30% de assuntos conhecidos, quanto maior o nível de complexidade e desconhecimento da temática menor os índices de compreensão e entendimento das mensagens decodificadas.

Desta forma, os alunos surdos são os que mais sofreram com a reprovação escolar conforme pode se observar no quadro abaixo:

Quadro demonstrativo do índice de reprovação por série e deficiência apresentado por alunos da rede pública de ensino de Uberlândia- MG.

Modalidade de Ensino	Série	Tipos de deficiência			Total por série
		Surdos	Cegos	Baixa Visão	
Primeira fase do Ensino Fundamental	1ª. série	30	03	01	34
	2ª. série	20	02	02	24
	3ª. série	10	00	02	12
	4ª. série	10	00	01	11
	Total	70	05	06	81
	Segunda fase do Ensino Fundamental	5ª. série	01	00	00
6ª. série		00	00	00	00
7ª. série		02	00	00	02
8ª. série		01	00	00	01
Total		04	00	00	04

Ensino Médio	1º. Ano	04	00	00	04
	2º. Ano	00	00	00	00
	3º. Ano.	00	00	00	00
	Total	04	00	00	04

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Assim, os dados demonstram que existe um significativo índice de reprovação escolar, por conseguinte, de exclusão de aprendizagem dos alunos com deficiências sensoriais matriculados na rede pública de ensino, apontando para a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas existentes nestas instituições que se propõem a realizar um trabalho na perspectiva inclusiva.

4 - Os professores e o processo educacional das pessoas surdas, cegas e com baixa visão em Uberlândia –MG.

O estudo também buscou conhecer a realidade dos profissionais da educação que trabalham diariamente com os alunos com as deficiências investigadas: os professores.

Conforme pode ser conferido na tabela abaixo o nível de escolarização dos docentes que atuam com estes aprendizes na cidade é alto, pois mais de 90% destes possuem nível superior, ainda, destes 03 são mestres e 01 doutor. Este índice de formação é natural, uma vez que a cidade possui cerca de 14 instituições de Ensino superior, o que facilita o acesso destes profissionais à formação de nível superior.

Nível de Escolaridade	Quantidade encontrada
Técnico – Ensino Médio	02
Superior Incompleto	05
Ensino Superior	28
Especialização	07
Mestrado	03
Doutorado	01
Não forneceu dados	04
Total de Professores entrevistados	46

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Quanto à natureza dos cursos realizados aqueles que informaram os dados, todos os profissionais que participaram do estudo possuem cursos de Licenciatura que habilitam para o exercício da profissão docente. Um número expressivo de professores não informou os dados quanto ao curso que realizaram, contentaram-se em dizer que possuem ou estão realizando

curso de nível superior. Não foi possível identificar os motivos desta não informação, pois os questionários foram entregues em grupos, e, no instrumento, não era solicitada a identificação do informante. Este é um dos problemas dos questionários, entretanto, diante da realidade encontrada na escola em que a maioria absoluta dos profissionais se negou a realizar entrevistas por falta de disponibilidade de tempo, foi necessário optar pelo uso de questionários. Outro elemento a observar no tocante à coleta de dados é o fato de os participantes do estudo, nem sempre, se vêem envolvidos o suficiente no mesmo para informar os dados com responsabilidade e fidedignidade, isto pode ser observado nos instrumentos objetivos que no momento que estes abrem espaços para respostas intermediárias e/ou colocam questões que envolvem a reflexão e um pouco mais de dispêndio de energia, estas não obtêm respostas compatíveis. Ou seja, no caso deste estudo, era requerido que o informante escrevesse o nome do curso que cursara ou encontrava-se cursando, e 20 docentes não o fizeram, o que não se justifica pelo fato de os professores participantes do estudo não serem identificados.

Entretanto, foi ressaltado para todos os envolvidos no estudo seus objetivos e desdobramentos, ou seja, uma futura proposta de formação continuada que pudesse responder as suas demandas e coerente com a formação inicial do grupo, mesmo diante dos possíveis futuros benefícios decorrentes do estudo houve expressiva recusa na informação de dados por parte dos docentes que estavam trabalhando com alunos com as deficiências sensoriais.

Natureza dos Cursos de Graduação	
Cursos realizados	Quantidade encontrada
Nível Médio – Curso de Magistério	02
Pedagogia	12
Letras	05
Normal Superior	04
Biologia	02
Geografia	01
Natureza dos cursos de Especialização <i>latu sensu</i> cursados	
Especialização em Psicopedagogia	01
Especialização em Inglês	01
Não forneceram os dados	20
Total de Professores entrevistados	48
Obs: Dois professores especificaram o curso superior e a pós-graduação.	

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Com relação à formação adequada para o trabalho com pessoas com deficiência sensorial, conforme se recomenda a legislação, os dados demonstraram que não há, por uma parcela significativa dos profissionais, um conhecimento mais aprofundado sobre o processo

educativo deste grupo de pessoas, uma vez que, 32 docentes disseram não possuir nenhuma formação diferenciada, portanto, específica para atender seus alunos surdos, cegos e/ou com baixa visão; destes, 13 afirmaram possuir formação adequada e 03, não informaram.

Ainda, neste sentido, se buscou identificar quais cursos de formação continuada específicos sobre a questão da deficiência sensorial os profissionais tiveram acesso e em que área. Um número reduzido de pessoas participou destes cursos, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Cursos de formação continuada específicos para atender alunos com deficiências sensoriais (surdos, cegos e/ou com baixa visão)							
Sim	15	Qual?	LIBRAS	08	Instituição	UFU	03
			Braile	04		CEMEPE	11
			Especialização em Ed. Especial	01		Na própria escola	-
			Outros	-		FNDE ⁸	03
		Outros				03	
				SEE ⁹	05		
Não				30			
Não forneceram os dados				03			

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Os dados evidenciaram uma colaboração significativa do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE na formação continuada dos docentes da rede municipal de ensino, que desde 1994 oferece regularmente cursos de LIBRAS e Braile visando atender aos seus professores. Isto, pois, desde 1992 a rede municipal de ensino da cidade de Uberlândia tem um projeto para incluir os estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Os cursos do CEMEPE são abertos à comunidade em geral. Assim, pergunta-se: por que um número tão expressivo de professores nunca procuram participar destes cursos?

Este fato pode se explicar pela quantidade de tempo que os profissionais participantes do estudo possuem de trabalho com alunos com deficiência sensoriais. A maior parte destes profissionais possui menos de três anos de trabalho constante com este grupo de aprendizes o que, em parte, justifica a pouca formação específica dos referidos docentes. Entretanto, a realidade precisaria ser diferente, uma vez que, não existindo experiências anteriores com alunos com deficiência e, não tendo participado de momentos de formação específica para realizar o trabalho, o coerente seria a busca por estes profissionais de apoio teórico e prático para atendê-los bem.

⁸ Curso de Capacitação de Professores da Educação Especial promovido pelo MEC – 120 hrs.

⁹ Secretaria de Educação Estadual

Tempo de trabalho com alunos surdos, cegos e/ou com baixa visão	
Menos de 01 ano	11
De 01 a 03 anos	12
De 04 a 06 anos	07
De 07 a 10 anos	02
Mais de 10 anos	05
Não forneceram os dados	11

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

É importante haver um mínimo de conhecimentos específicos acerca da deficiência para poder realizar um bom trabalho com estes alunos, conseguindo atender suas especificidades e ensiná-los de forma adequada. A falta de conhecimentos específicos sobre a deficiência limita a ação pedagógica destes profissionais que ficam a mercê do apoio de outros profissionais que nem sempre o sistema educacional oferece.

Nas condições atuais, a formação relativa ao trabalho com pessoas com deficiência é destinada à formação continuada, pois, na grande maioria absoluta, dos cursos de graduação/licenciaturas da cidade e região em seus currículos anteriores a 2006 não contemplavam esta temática. Embora, exista a Portaria N.º 1.793, de dezembro de 1994 do MEC que diante da necessidade de complementação curricular dos docentes em formação de docentes e outros profissionais que interagem com pessoas com deficiência resolve:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLITICOEDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Art. 2º. Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos Aspectos-Ético-Políticos-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades.

Art. 3º. Recomendar a manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial.

Como a portaria acima apenas recomendou a inserção desta discussão na grade curricular, os cursos, na sua maioria, não o fizeram e, muitos que o fizeram, a colocaram como optativa, assim, somente os alunos que possuíam algum interesse na área cursavam a disciplina. Entretanto, na prática cotidiana das escolas, muitas vezes os profissionais que durante a formação não optaram por cursar esta disciplina acabam recebendo alunos com

diferentes deficiências e não se encontram com o mínimo de conhecimento necessário para iniciar o seu trabalho pedagógico com estes alunos.

Atualmente, entretanto, com a aprovação das leis e decretos de natureza inclusivos: Lei 9394/96 lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional; Parecer 17 de junho de 2001 do CNE/CEB que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Resolução N. 2 do CNE/CEB de 11 de setembro de 2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Portaria N.º 3.284, de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições; Decreto N.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei N.º 10.436, de 24 de abril de 2002 e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000; dentre outras, que dispõem sobre a necessidade de os currículos de formação de professores iniciarem essa formação já no decorrer da formação docente inicial nos cursos de graduação/licenciatura. Neste sentido, a tendência é a situação melhorar nos anos seguintes.

Retomando a discussão dos dados, com relação à surdez, como pode ensinar sem compreender e utilizar a LIBRAS? As atividades de ensino, quase sempre, não conseguem envolver os aprendizes surdos, que passam pelas aulas sem o aprendizado que lhes é de direito. Não é possível compactuar com o imaginário social que através da convivência com ouvintes e falantes orais eles poderão aprender a ler lábios e a falar, e assim, resolver os problemas de comunicação. É preciso respeitar a surdez, entender que esta é uma experiência visual, situada num determinado contexto histórico, social, cultural e econômico, e, que desta origina uma forma diferenciada de contato com o mundo. O relacionamento com o mundo de uma pessoa surda é construído a partir da visão, por isso, a Língua de Sinais ser sua primeira língua, de aprendizagem natural.

Em contrapartida, a pessoa cega e/ou com baixa visão já busca apoio na audição e no tato para realizar seu contato com o mundo. O relacionamento de um aprendiz cego e/ou com baixa visão com o professor é mais tranquilo e natural, pois ambos utilizam de um mesmo canal para a comunicação, são falantes de uma mesma língua. Entretanto, há vários intervenientes pedagógicos que precisam ser considerados. Alguns exemplos destes são: a adaptação de material em alto relevo, em áudio e em braile, a ampliação adequada do material, e a adaptação de régua para leitura para os alunos com baixa visão. Em muitos casos para os alunos com baixa visão é necessário o uso de cadernos com linhas com dimensões maiores e cores mais forte para que estes possam escrever e realizar as atividades

em sala de aula. Outro interveniente é o tempo destinado à leitura e realização das atividades de sala de aula que é um pouco maior que o necessário aos demais alunos. São questões que os professores precisam lidar no seu dia-a-dia e que nem sempre estão preparados.

Estas dificuldades são reais e podem ser ilustradas nos dados coletados, pois dos 48 professores que participaram das entrevistas, 26 afirmaram que não recebem auxílio algum para realizar o seu trabalho na escola com este grupo de alunos. 19 afirmaram receber auxílio de fontes diversificadas: 02 disseram que este apoio vem dos intérpretes de LIBRAS, 01 que vem da supervisora da escola, 03 declararam que o apoio recebido vem do NADH - Núcleo de Apoio às Diferenças Humanas da rede municipal de ensino de Uberlândia, 01 relatou que o apoio vem de outros professores que trabalham com educação especial, 01 que recebe apoio do setor especializado na escola e 09 não revelaram de quem recebem o apoio. Por fim, 03 profissionais não informaram se recebem ou não apoio no seu trabalho cotidiano.

Analisando os dados se percebe que este apoio tão essencial ao trabalho dos docentes vem de fontes diferenciadas e que nem sempre possuem os conhecimentos necessários, mas que por estar envolvidos no cotidiano com esta realidade acabam se esforçando para colaborar, não existindo uma política municipal¹⁰ nem estadual que oferece de forma contínua e planejada o acompanhamento destes alunos. Há uma “inclusão” física destes alunos e uma transferência de responsabilidade da educação especial ao sistema regular de ensino que assume os alunos e os atende de forma precária e pouco produtora.

Neste sentido, os alunos assumem o ônus da repetência e da pouca aprendizagem, o que acaba interferindo em suas vidas fora da escola, atrasando sua escolarização e sua inserção no mercado de trabalho. Os impactos do fracasso escolar afetam a auto-estima destes alunos, que acabam, em decorrência do modelo terapêutico, atribuindo à deficiência suas dificuldades escolares e na vida. Esta política de inclusão escolar realizada desta forma é uma falácia ao desenvolvimento escolar destas pessoas, que vão avançando seus estudos com muita luta e persistência. Seu aprendizado ocorre muito mais por seu esforço pessoal e de suas famílias que não medem sacrifícios para auxiliá-los neste processo do que por mérito do sistema educacional.

¹⁰ A rede municipal de ensino possui o NADH que oferece apoio aos professores que atuam no atendimento especializado, realizado em 13 escolas do município. Neste apoio os alunos com deficiência comparecem à escola no extra-turno para as aulas específicas que podem ser individuais ou em pequenos grupos que os preparam para o aprendizado escolar e para a vida. Cada criança recebe em média 03 atendimentos de cinquenta minutos diários, totalizando 150 minutos semanais. Os professores regentes das turmas do sistema regular de ensino que ficam um tempo superior com os mesmos e são responsáveis por sua escolarização não possuem acompanhamento e apoio periódico para a realização de seu trabalho.

Com relação as principais dificuldades encontradas no trabalho com alunos surdos e/ou cegos são muitas e oriundas de diversas razões. Conforme pode ser observada na tabela abaixo:

Natureza das dificuldades encontradas no cotidiano escolar	Quantidade de vezes que foram citadas
Recursos didáticos específicos para atender o aluno com necessidades especiais	15
O professor não saber LIBRAS	13
Dificuldade de diagnóstico das dificuldades do aluno	06
Não conhecer o aluno com deficiência	04
O aluno não assimila o conteúdo passado	04
Dificuldade do aluno em compreender o Português	03
O aluno não domina LIBRAS	02
Na avaliação	02
O aluno não tem os pré-requisitos necessários para a série que está	02
Resistência por parte dos professores regentes em aceitar os alunos com NEE	02
O trabalho do intérprete sem planejamento prévio	01
Falta de estímulo da família	01
Falta de cursos na área	01
Tem que ter atendimento especializado ou salas separadas só para esses alunos	01
Salas de aula muito cheias	01
Falta de experiência e orientação para o trabalho	01
Carga horária reduzida	01
Alunos são mais lentos	01
Entraves políticos, teóricos e falta de recursos	01
Falta de equipe multidisciplinar de apoio	01
Não forneceram os dados	02

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Ao analisar a tabela acima se percebe que a frequência de dificuldades de natureza pedagógica, oriundas da falta de formação adequada é prevalente. Desta forma, os dados revelam a carência da organização de um trabalho de apoio pedagógico aos docentes, que, também, não podem ser responsabilizados pelo fracasso escolar dos alunos. O sistema educacional precisa assumir sua responsabilidade neste processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência. Não se trata apenas em transferir o atendimento destes alunos para o ensino regular, é preciso formar seus profissionais para atender bem estes alunos. É preciso criar uma estrutura pedagógica e administrativa capaz de oferecer condições mínimas de sustentabilidade a este modelo que se propõe construir no sistema educacional brasileiro. O

próprio parecer N. 17/2001 e a resolução N. 02/2001 do CNE/CBE pressupõem a relevância da formação adequada destes profissionais.

Outro fator levantado foi à falta de recursos didáticos específicos para o trabalho com estes alunos. As escolas não possuem lupas, régua próprias, cotas de xerox para ampliação de material aos alunos com baixa visão, nem papel em tamanho adequado, nem sempre as famílias possuem condições financeira para oferecer este suporte. Os professores também se queixam da falta de jogos adequados, de softwares entre outros.

Pretendeu-se identificar junto aos professores o interesse em participar de cursos de formação continuada que o CEPAE possa vir a organizar visando contribuir com a qualificação destes docentes para atuar com alunos com deficiência. A grande maioria demonstrou interesse em participar de eventuais cursos de formação continuada. Entretanto, há um complicador para a organização deste curso presente na disponibilidade dos docentes, pois devido à carga horária de trabalho não há tempo disponível destes para a formação continuada. Os grupos de convergência de horários e dias da semana disponíveis são muitos, sendo necessário à organização de vários grupos para poder atender a demanda. No momento o CEPAE não disponibiliza de profissionais para atender a todos.

Interesse por formação continuada		Disponibilidade de tempo			
Possui interesse	41	Período	Quantidade	Dia da Semana	Quantidade
Não possui interesse	07	Matutino	10	Segunda-feira	11
				Terça-feira	01
Não possui disponibilidade	01	Vespertino	15	Quarta-feira	04
				Quinta-feira	02
		Noturno	10	Sexta-feira	04
				Sábado	09

Fonte: Levantamento realizado pelo CEPAE junto às escolas da rede pública do município de Uberlândia_MG.

Os dados demonstraram que há necessidade de se investir no preparo das escolas para a construção de uma educação inclusiva, pois não é possível conceber uma educação em que a responsabilidade pelo sucesso escolar seja apenas do aluno. É preciso ainda, investir numa política de qualificação profissional dos docentes para atender de forma pertinente os alunos com deficiência.

Observando o tempo de trabalho que os professores informaram, surge uma indagação, onde estão os professores que receberam uma formação inicial para receber alunos com deficiência nos diversos cursos oferecidos pelo CEMEPE desde 1992? Por que não

continuaram atendendo estes alunos? A rotatividade é importante, pois os alunos com deficiência são da escola e não dos professores, entretanto, por outro lado, deixa de colocar estes alunos em turmas cujo professor já possui alguma formação para colocá-los em turmas que os docentes não estão, nem sensibilizados, é uma prática muito prejudicial ao aluno. Nestes casos, torna-se necessário, no mínimo, a organização de uma estrutura de apoio a estes profissionais, o que os dados não evidenciaram existir. Cada escola vai a sua maneira buscando encontrar saídas para melhor atender os seus alunos.

5 - Considerações Finais

O presente trabalho possibilitou o conhecimento da realidade educacional vivenciada pelos alunos com deficiência sensorial matriculados na rede pública de ensino de Uberlândia-MG. Hoje, é possível planejar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do CEPAE de forma coerente e pontual atendendo as reais necessidades do setor.

O estudo apontou a importância em se buscar efetivar um bom trabalho nas primeiras séries do Ensino Fundamental, ampliando as atividades de formação continuada destinadas aos professores que trabalham nesta fase do sistema de ensino, frente à discrepância existente entre a idade e a série de referência apresentada pelos alunos com deficiência sensorial.

Ainda, despertou para a necessidade de se investir na formação de profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos para atender de forma mais adequada ao grupo de pessoas com deficiência que estão buscando o sistema educacional para se qualificar para sua futura inserção no mercado de trabalho.

Os objetivos propostos foram alcançados. Foi possível identificar e analisar em que momentos da escolarização destes alunos se encontram as maiores dificuldades. Agora, a partir destes dados, é organizar ações de ensino, pesquisa e extensão universitárias que possam interferir na situação encontrada e alterá-la progressivamente investindo na qualificação dos docentes que trabalham diretamente com estes alunos, oferecendo apoio pedagógico para os mesmos, e ao mesmo tempo, acompanhar os alunos buscando compreender melhor a dinâmica do contexto escolar para poder possibilitar-lhes a equiparação nas condições de aprendizagem e desenvolvimento escolar propiciadas aos alunos que não se encontram em condição de deficiência.

A inclusão dos alunos com deficiência sensorial na rede regular de ensino demanda não apenas a matrícula do aluno ou a permanência física para aqueles considerados normais,

mas as possibilidades de o professor de rever saberes pedagógicos, concepções e paradigmas e conviver com as diferenças.

Os desafios são muitos, e não são de responsabilidade apenas de um setor educacional. As ações precisam ser coletivas e não vincularem a um setor da rede municipal, estadual e ao CEPAE, mas há que se agir de forma articulada e em parceria, pois o que está em jogo é a concretização das possibilidades reais de ensino e de aprendizagem numa escola inclusiva que, seja capaz de atender a todos os seus alunos na sua individualidade e condições reais.

Finalmente, com este estudo, hoje é possível ao CEPAE localizar cada aluno e realizar um acompanhamento escolar dos mesmos, avaliando alterações nas condições de ensino e aprendizagem oriundas da expansão e aprimoramento do processo de inclusão escolar no qual o sistema de ensino brasileiro se propõe a realizar.

7 . REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Lei 10.172**. Plano Nacional de Educação para Todos.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Parecer n ° 17/2001**. Colegiado: CEB – aprovado em 03 de julho de 2001.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n ° 2 de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Lei n° 9394 de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 009/2001**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 28/2001**.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 001/2002**.

LUNARDI, Márcia Lise. Cartografando os Estudos Surdos: currículo e relação de poder. *In*: SKLIAR, Carlos. **Surdez**: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.